

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA**

EMILLY DAIANE SILVA RIBEIRO

O BIBLIOTECÁRIO NO SISTEMA PRISIONAL PARAENSE

BELÉM-PA

2026

EMILLY DAIANE SILVA RIBEIRO

O BIBLIOTECÁRIO NO SISTEMA PRISIONAL PARAENSE

Trabalho de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. João Arlindo dos Santos Neto

**BELÉM-PA
2026**

EMILLY DAIANE SILVA RIBEIRO

O BIBLIOTECÁRIO NO SISTEMA PRISIONAL PARAENSE

Trabalho de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Pará.

Data de aprovação: **20/07/2026**

Conceito:

Banca Examinadora:

Orientador

Prof. Dr. João Arlindo dos Santos Neto - FABIB (UFPA)

Examinador Interno

Prof. Dr. Hamilton de Oliveira Vieira - FABIB (UFPA)

Examinadora Externa

Ma. Karina de Oliveira Silva - Procuradoria Geral do Estado do Pará

O BIBLIOTECÁRIO NO SISTEMA PRISIONAL PARAENSE¹

*Emilly Daiane Silva Ribeiro²
João Arlindo Dos Santos Neto³*

Resumo: Esta pesquisa investiga a atuação do Bibliotecário e as práticas de Mediação da Informação no contexto das bibliotecas em prisões do estado do Pará, concentrando-se nas ações desenvolvidas durante o período de encarceramento de pessoas privadas de liberdade. O objetivo consistiu em investigar a atuação do Bibliotecário mediador em relação às práticas que favorecem o acesso à informação, a leitura e conhecimento, bem como suas atribuições para o desenvolvimento social dos custodiados. A pesquisa caracterizou como qualitativa, de carácter exploratório, fundamentada em revisão de literatura no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia Social e complementada por uma entrevista semiestruturada, gravada e transcrita, realizada com a única bibliotecária atuante da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará (SEAP). Os resultados evidenciam a existência de projetos de incentivo a leitura, como o “Cine Literário’ na Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Ananindeua (UCRF) e a implementação do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (ProLer), que está sendo inserido em colaboração com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) junto com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), que demonstram o potencial das bibliotecas prisionais como espaços de formação e acesso ao conhecimento. Entretanto, a pesquisa também identificou desafios relacionados à infraestrutura das bibliotecas, a ausência de recursos destinados a compra de novos acervo, a adaptação de espaço em razão da superlotação das unidades prisionais e a limitação do acesso dos PPLs as bibliotecas, em decorrência da disponibilidade reduzida de policiais penais para realizar o deslocamento. Concluiu que a atuação do Bibliotecário e as ações de Mediação da Informação contribuem para o fortalecimento do direito à leitura e para a remição da pena, porém a existência de apenas uma profissional responsável pelas bibliotecas das 54 unidades prisionais do estado, limita a ampliação dessas ações e evidencia a necessidade de maiores investimentos em políticas públicas voltadas às bibliotecas em prisões.

Palavras-chave: biblioteca em prisões. bibliotecário. mediação da informação.

¹ Trabalho de Curso elaborado no formato de artigo.

² Discente do Curso de Biblioteconomia e autora do trabalho.

³ Professor da Faculdade de Biblioteconomia da UFPA e orientador do trabalho.

Abstract: This research investigates the role of the librarian and information mediation practices within the context of prison libraries in the state of Pará, focusing on actions carried out during the incarceration period of deprived-of-liberty individuals. The objective was to examine the librarian's role as a mediator regarding practices that foster access to information, reading, and knowledge, as well as their responsibilities regarding the social development of inmates. The study was qualitative and exploratory in nature, grounded in a literature review within the fields of Information Science and Social Librarianship, and complemented by a recorded and transcribed semi-structured interview with the only active librarian at the Pará State Secretariat of Penitentiary Administration (SEAP). The results highlight the existence of reading promotion projects—such as "Cine Literário" at the Ananindeua Female Custody and Reintegration Unit (UCRF)—and the implementation of the National Program for the Encouragement of Reading (ProLer). These initiatives, carried out in collaboration between the National Secretariat of Penal Policies (SENAPPEN) and SEAP, demonstrate the potential of prison libraries as spaces for education and access to knowledge. However, the research also identified challenges regarding library infrastructure, a lack of funds for acquiring new collection materials, the need to adapt spaces due to prison overcrowding, and limited access to libraries for inmates caused by a shortage of correctional officers available to escort them. It was concluded that the librarian's work and information mediation efforts contribute to strengthening the right to reading and to sentence remission; however, the fact that only one professional is responsible for libraries across the state's 54 prison units limits the expansion of these actions and highlights the need for greater investment in public policies aimed at prison libraries.

Keyword: prison libraries. librarian. information mediation.

1 INTRODUÇÃO

Os espaços privados de liberdade são também lugares onde as pessoas têm direito ao acesso à informação e à leitura. Assim, por meio das bibliotecas em prisões é que a mediação pode ocorrer com as pessoas apenadas.

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por meio do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), o sistema prisional Brasileiro se encontra marcado pelo enfrentamento de dificuldades como superlotação e precariedade de suas instalações. Prosseguindo com o levantamento, atualmente, o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo (Brasil, 2025). Os índices evidenciam a ineficiência de um sistema que, embora possua diretrizes positivas, ainda falha em oferecer inclusão e humanização efetivas.

Compreende-se que os problemas sociais formam uma enorme bolha que se estende por todos os vieses da sociedade. A precariedade da educação somada ao desemprego e a marginalização social é refletida nos índices alarmantes observados no sistema penal. O conjunto de decisões públicas mal sucedidas tomadas pelas diferentes esferas de governo evidenciam as políticas que conduziram ao cenário atual. Para Trindade (2009), as ações educacionais e intelectuais dentro dos presídios são severamente prejudicadas pela infraestrutura deficitária. Essa deficiência decorre não apenas dos índices de evasão escolar, mas também de conteúdos programáticos fracassados pela falta de aderência de conteúdos pedagógicos que dialoguem com o ambiente penitenciário.

Garantia de dignidade e segurança às pessoas privadas de liberdade configuram-se pilares essenciais para a justiça social. A perda de direitos fundamentais evidencia a necessidade de assistências estatais contínuas. É nesse cenário, portanto, que a Biblioteconomia revela seu compromisso social nas bibliotecas em prisões. A mediação da informação executada pelo bibliotecário intervém positivamente na atuação informacional, oportunizando o desenvolvimento da competência de crescimento pessoal e educacional nas pessoas apenadas, gerando expectativas viáveis para um retorno diferente à liberdade.

A complexidade do sistema prisional brasileiro inclina-se para a alternativa de aprisionamento massivo e decorrente exclusão do indivíduo. Problemas crônicos de superlotação e a degradação de instalações físicas colapsam um sistema já

desestruturado. Conforme Jesus (2023) as políticas de combate ao crime, as questões estruturais, a corrupção sistêmica e a desigualdade social são algumas das razões que levaram ao atual estado do sistema prisional.

Diante dessa realidade, identifica-se como relevante investigar se existem razões pela prioridade em mediações que focam na etapa posterior à saída do sistema penal quando comparadas às ações intra penitenciárias imediatas. Esta preocupação embora não seja o questionamento central desta pesquisa, coloca em evidência uma disfunção estrutural que historicamente privilegia a contenção de danos tardios, reforçando um ciclo de exclusão que alimenta a reincidência após a liberdade.

Nesse panorama, a atuação do bibliotecário mediador, longe de uma postura passiva, pode contribuir para romper o isolamento intelectual do cárcere quando desenvolve mediações diversas. A mediação da informação feita pelo bibliotecário integra um alicerce pedagógico necessário para potencializar uma conduta pessoal que prioriza valores emancipatórios e caminhos alternativos, transformando o período de reclusão em um período de reflexão crítica e de transformação.

As transformações contínuas que atravessam a Biblioteconomia, de forma análoga a outras ciências, baseiam-se no axioma que a informação e a sociedade se atualizam em fluxo constante. Sob esse prisma, o bibliotecário afasta-se do estereótipo que o limitava aos espaços físicos da biblioteca, amparado por uma crescente produção acadêmica que valida sua inserção em múltiplos espaços. Em consonância com a abordagem apresentada é fundamental destacar o papel do bibliotecário nesse contexto nas bibliotecas em prisões, que são espaços que funcionam como mananciais informacionais indispensáveis - ainda que não sejam de “acesso livre” às pessoas privada de liberdade, cujo o funcionamento depende diretamente da mediação realizada pelo bibliotecário. Ao proporcionar esse acesso à informação e à leitura, as bibliotecas podem contribuir para o alcance do protagonismo das pessoas. Assim, a biblioteca passa a ser um instrumento dinâmico de mediação da informação operando não somente como um espaço de leitura mas um local onde o acervo ganha vida por meio da mediação do bibliotecário.

Nesse sentido, as mediações direcionadas ao aprimoramento das condições de encarceramento podem representar um marco decisivo no percurso do detento (Lopes, 2023). A conjugação entre suporte social, acesso à educação e fortalecimento das relações familiares prevê uma transição para a liberdade mais

consciente como cidadão e com suas responsabilidades sociais perante a sociedade.

Sob essa perspectiva emerge a seguinte questão norteadora: De que maneira a intervenção do bibliotecário no contexto prisional fomenta a democratização do conhecimento e desenvolve ações com impacto na conduta pessoal e social de pessoas privadas de liberdade?

Desse modo, para responder a questão indicada o objetivo desta pesquisa é investigar a atuação do bibliotecário mediador no sistema carcerário em relação às mediações que promovem o acesso democrático ao conhecimento e as ações mediadoras que impactam a conduta pessoal e social do apenado durante o cárcere. Os objetivos específicos compreendem: a) discutir a relevância do bibliotecário no sistema penitenciário através de múltiplas mediações; b) conhecer a atuação do bibliotecário no sistema carcerário por meio de relatos profissionais; c) analisar o direcionamento e a efetividade das ações ao longo do cumprimento da pena.

2 MÚLTIPLAS MEDIAÇÕES EM BIBLIOTECAS EM PRISÕES

De acordo com Miranda (1999, p. 287) “informação são dados organizados de modo significativo, sendo subsídio útil à tomada de decisão [...]”. O conceito compreendido pelo autor citado, revela a importância da informação como direcionamento de resolução de problemas, explicitando a noção de que a informação é essencial para qualquer meio, inclusive o sistema penal. Às pessoas privadas de liberdade, a informação (seja ela qual for) é elemento importante para muitos momentos de encarceramento. Logo, esta informação precisa ser mediada de alguma maneira.

A mediação da informação, campo de estudo vinculado à Ciência da Informação, compreende processos e práticas de interferência que vão desde a produção, organização e disseminação da informação.

Segundo Almeida Júnior e Santos Neto (2014, p. 101): “A mediação da informação não é passiva, é uma ação de interferência, acompanha todo o fazer do bibliotecário, ainda que indireta e inconscientemente. Ela não é neutra, não pode ser imparcial”. O bibliotecário como profissional da informação, assume o papel de intermediário e transmissor entre a informação e o usuário. Segundo Sanches e Rio (2010) torna-se imprescindível que o bibliotecário compreenda sua unidade de

informação e busque compreender as necessidades informacionais do seu usuário. Discorrem Almeida Júnior e Santos Neto (2014, p. 99): “O processo de mediação aparece também nessa etapa tão relevante nas bibliotecas, o de organizar o conhecimento e a informação, em que o bibliotecário prepara fisicamente uma possível informação para disponibilizá-la para os usuários/leitores”.

Dessa maneira, é crucial que o bibliotecário mantenha-se consciente que a mediação se baseia no suprir informacional de diversas áreas e que cada pessoa apresenta diferentes necessidades, então, ele precisa ser multidisciplinar e prospectar múltiplas mediações. No artigo intitulado “Mediação da informação e múltiplas linguagens”, Almeida Júnior (2009) apresenta a definição para mediação da informação da seguinte maneira:

toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (Almeida Júnior, 2009, p. 92).

Entende-se por múltiplas mediações, portanto, as diferentes possibilidades de interferência do mediador, com ou sem o usuário, com foco no acesso e na apropriação da informação.

A partir de uma breve exposição sobre os conceitos de informação e mediação na Ciência da Informação, adiciona-se ao presente debate a vertente da Biblioteconomia social que:

[...] se preocupa com a função social das bibliotecas. Como tentamos explicar, a biblioteconomia social coloca as pessoas no centro de sua análise, partindo do pressuposto de que as bibliotecas não são simplesmente compostas por coleções e serviços bibliográficos, ou melhor, que coleções e serviços adquirem significado apenas no contexto de seu uso pelas comunidades que atendem (Faggiolani; Galluzzi, 2015)⁴.

O bibliotecário precisa exercer o papel social de salientar não somente demandas de caráter acadêmico, mas igualmente vinculadas às diferentes tipologias de bibliotecas que atendam a comunidade. Tanus (2023, p. 4) salienta que:

Decerto, se foi preciso colocar o adjetivo “social” depois da palavra Biblioteconomia, para qualificá-la, isso demonstra a atenção que

⁴ Artigo eletrônico sem paginação.

devemos ter justamente com o social que estaria latente (Esquecido? Apagado? Silenciado?), dentro das discussões e práticas biblioteconômicas mais transformadoras.

A Biblioteconomia social deve seguir um parâmetro que busca pela neutralidade e abaste-se de prerrogativas pessoais e conservadoras dos mediadores e instituições, acolhendo fatores sociais que auxiliem no desenvolvimento de práticas que devem contribuir para um mundo mais acolhedor, justo e igual a todas as pessoas (Tanus, 2023).

No que tange à redefinição do papel das unidades de informação em contextos de vulnerabilidade, faz-se necessário superar a visão técnica da profissão. Sob a ótica de Spudeit e Moraes (2018, p. 90) delimitam da seguinte maneira:

A Biblioteconomia social, como se busca em sua complexidade, é aquela dirigida ao desenvolvimento do sujeito e da sociedade onde se inserem, requerendo ações que extrapolam a organização e tratamento do acervo, tais como a necessidade de comunicá-lo, ser manuseado, lido, apropriado, em diversos formatos e suportes, fazendo jus à dimensão social e democrática das bibliotecas.

Ao aproximar as discussões das bibliotecas em prisões, menciona-se os esforços empreendidos por Lindemann (2020), pesquisadora da temática e conhecida por discutir o conceito de “Bibliotecas Prisionais”.

É preciso se ater ao fato de que uma Biblioteca Prisional possui suas especificidades e a técnica bibliotecária não é a prioridade, o que vale nos intramuros prisionais são as regras de segurança, depois as peculiaridades da prisão e, por último, a Biblioteconomia poderá fazer seus ajustes técnicos, tanto no que se referem ao acervo, serviços e fator humano (Lindemann, 2020, p. 9-10).

Conforme Lindemann (2020) o bibliotecário não é respaldado por lei a agir em uma biblioteca prisional, não existe nenhuma convocação de trabalho que inclua o bibliotecário no quadro de funcionários nas instituições. No entanto, em uma pesquisa mais recente foi descoberto que no contexto do estado do Pará há um cenário diferente daquele indicado por Lindemann (2020). Silva (2025) apresenta a lei nº 6.688/2004, de 13 de setembro de 2004, onde o estado regulamentou o cargo de bibliotecário em sua estrutura penitenciária para o cumprimento com precisão da Lei de Execução Penal (LEP). Essa garantia legal materializou-se por meio da realização de concursos públicos.

Mesmo com repercussões nacionais e a visibilidade que o tema tem ganhado cada vez mais projeção, o bibliotecário permanece sem ser adequadamente reconhecido nesse contexto, uma vez que ainda existem poucos

profissionais atuando em prisões. Além de proporcionar um ambiente diferente dentro do cárcere, as bibliotecas em prisões exercem uma função de reconhecimento da existência do apenado além da condição de encarceramento, reafirmando sua humanidade e seu direito ao acesso à informação. A seguir, são indicados os procedimentos metodológicos da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico deste estudo foi delineado para elucidar o problema de pesquisa concernente à atuação do bibliotecário no sistema prisional. Diante disso, assumiu uma abordagem qualitativa com objetivo exploratório, utilizando-se de entrevista semiestruturada como procedimento de coleta de dados.

A presente pesquisa caracteriza-se como abordagem qualitativa, por buscar compreender a atuação do bibliotecário junto com a mediação da informação em bibliotecas em prisões, considerando as experiências e vivências da participante da pesquisa. De acordo com as premissas estabelecidas por Deslandes, Gomes e Minayo (2009) que definem a abordagem qualitativa como estudo de fenômenos dotados de intencionalidade e carregados de valores históricos e sociais. Diante disso, as experiências descritas pela participante fornecem subsídios para entender o impacto do bibliotecário no ambiente carcerário.

Para Lösch, Rambo e Ferreira (2023, p. 3): “Na abordagem qualitativa, a pesquisa exploratória – ou estudo exploratório – tem o objetivo de conhecer o fenômeno estudado tal como ele se apresenta ou acontece no contexto em que está inserido”. A partir dessa premissa a natureza exploratória permite desvelar a atuação do bibliotecário diretamente no cenário prisional.

A execução dessa pesquisa orientou-se pelo método de levantamento através de uma entrevista semiestruturada aplicada a uma profissional da área que atua no sistema prisional do estado do Pará. O instrumento de coleta de dados baseou-se em um roteiro prévio composto por 16 perguntas norteadoras. Todavia, por se tratar de uma abordagem semiestruturada, o diálogo não se limitou às questões previamente planejadas, abrindo espaço para perguntas espontâneas que surgiram organicamente no decorrer da conversa a partir de respostas e desdobramentos trazidos pela entrevistada.

A entrevista foi gravada em áudio mediante autorização expressa da bibliotecária e, posteriormente, todo o material foi transcrito de forma integral para assegurar a autenticidade da análise do relato.

O mapeamento aprofundado da realidade da entrevistada permitiu delimitar a coleta de dados às vivências da bibliotecária que atua no sistema penitenciário paraense. Este recurso cumpre uma função crucial, pois combina perguntas norteadoras que foram ideais para atingir os objetivos desta pesquisa, com a flexibilidade indispensável da liberdade da participante de relatar suas práticas e desafios cotidianos. A seguir, são apresentados os resultados da pesquisa e alguns trechos literais da entrevista constam em itálico.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção compreende os resultados da pesquisa obtidos a partir da entrevista com uma pessoa bibliotecária que atua no sistema prisional do estado do Pará.

As bibliotecas em prisões no estado do Pará estão administrativamente subordinadas à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Essa estrutura organizacional é fruto de uma transição institucional ocorrida no ano de 2019, quando a antiga Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará (SUSIPE) foi transformada na atual Secretaria (SEAP), por meio da Lei nº 8.937, de 02 de dezembro de 2019 (PARÁ, 2019).

Como atual órgão gestor, a SEAP é responsável por formular e executar as políticas de reintegração social, educação e cultura dentro das unidades prisionais paraenses. A estrutura funcional da instituição foi modernizada pela Lei Estadual nº 10.848, de 27 de dezembro de 2024. Essa nova legislação alterou a nomenclatura do cargo de “Técnico em Gestão pública: Biblioteconomia” para “Analista em Gestão Pública com graduação em Biblioteconomia” (PARÁ, 2024).

No que tange à inserção institucional da profissional entrevistada, a mesma integra formalmente à Diretoria de Reinserção Social da SEAP, atuando especificamente na Coordenadoria de Educação Prisional. Ao questionar sobre sua trajetória na instituição, foi respondido que *“A biblioteca fica dentro do setor educacional, e desde que entrei sempre trabalhei lá”* (Entrevistada A), tendo ingressado por meio de concurso público há 14 anos. As contribuições da

coordenadoria realizadas em conjunto com a profissional, englobam a administração das bibliotecas, a implementação de novos espaços de leitura, a promoção de campanhas para arrecadação de acervo e a formalização de parcerias institucionais.

Conforme apresentado por Silva (2025, p. 113-114) o sistema carcerário paraense é composto por 54 estabelecimentos prisionais, dos quais somente 31 possuem biblioteca. Além de evidenciar que esses espaços ainda não estão presentes em todas as unidades, esses dados refletem os impactos da superlotação carcerária sobre a infraestrutura do sistema, realidade que também afeta a preservação desses lugares. Quando perguntada sobre o impacto da superlotação carcerária na infraestrutura desses locais, foi dito que “[...] *em algumas unidades, o espaço físico foi retirado para dar espaço a celas, por conta do aumento da população carcerária*” (Entrevistada A). Essa pressão estrutural nas celas é sustentada pelos dados oficiais do Relatório de Gestão da SEAP (2025) que aponta um total de 20.548 indivíduos sob a responsabilidade do estado, uma grande parcela de 16.835 pessoas encontram-se efetivamente no interior das unidades prisionais paraenses.

O fato de haver uma única bibliotecária atuando até o presente momento em todo o sistema carcerário no Pará evidencia uma realidade que dialoga diretamente com as discussões trazidas por Moreira e Almeida (2021), em que as autoras, sob a ótica da biblioteconomia social, ressaltam a importância da atuação do bibliotecário no ambiente prisional, compreendendo a biblioteca um instrumento de promoção e direitos fundamentais. O depoimento da entrevistada reflete as barreiras enfrentadas pela omissão do estado.

Para contornar as limitações nas unidades que não possuem espaço físico para a biblioteca, e ampliar o alcance das ações de leitura, a gestão desenvolveu o dispositivo das bibliotecas móveis. Ao indagar como funciona o atendimento aos custodiados do sistema fechado, foi respondido que a modalidade itinerante não se restringe aos estabelecimentos desprovidos de bibliotecas; na verdade, “[...] *todas as unidades prisionais do estado contam com a biblioteca móvel, inclusive as 31 que já possuem o espaço físico definitivo*” (Entrevistada A). Essa dinâmica de fazer a informação ao alcançar fisicamente o apenado, materializa com precisão o conceito de Almeida Junior (2009) que a interferência física que é a biblioteca móvel opera como um instrumento físico, assegurando o acesso à informação e à leitura.

No entanto, a forma operacional deste serviço enfrenta dificuldades tecnológicas. Ao perguntar sobre se o sistema é automatizado, foi dito que “[...] *todo o sistema de empréstimo é manual*” e que a instituição enfrenta “*implementar um sistema informatizado ainda é um desafio por conta das questões de segurança*” (Entrevistada A). Adicionalmente, a profissional pontuou que a automação “[...] *precisaria ter pessoas da área de informática para trabalhar lá, porém até o momento não há*” (Entrevistada A).

Perante a escassez de servidores técnicos, a manutenção cotidiana das atividades da biblioteca dependem diretamente das pessoas privadas de liberdade. Quando indagado sobre como se faz essa seleção para a escolha das pessoas que darão apoio nas bibliotecas, foi informado que “[...] *essas pessoas são selecionadas por uma equipe multiprofissional composta por assistente social, psicólogo e membros pedagógicos, que priorizam internos com maior nível de escolaridade*” (Entrevistada A). Ao perguntar sobre a preparação desses internos para a função, após a seleção, foi dito que “[...] *eles são chamados a coordenação de educação prisional, dentro da unidade em que estão, para conversar comigo e eu faço o treinamento*”.

Em relação a capacitação dos monitores, a entrevistada explicou que as orientações técnicas fornecidas na coordenação visam padronizar os serviços e garantir a conformidade estética e operacional das bibliotecas. Cada monitor recebe um manual com orientações que auxiliam na execução das tarefas diárias, como registro de empréstimo, controle da circulação do acervo, triagem de material que pode ser integrado e a separação de exemplares para o descarte. Ao perguntar se existe um pré-requisito para o empréstimo do livro, foi respondido enfaticamente pela profissional que “[...] *não! é um direito de todos garantido por lei*” (Entrevistada A).

Essa premissa de acesso universal respalda as diretrizes nacionais de ressocialização, que ampara-se formalmente na Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que alterou a Lei de Execução Penal de 1984 para dispor sobre a remição de parte da pena por estudo. Encontra-se regulamentado pela Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabeleceu parâmetros para a remição de pena por meio de práticas sociais educativas, incluindo a leitura, no sistema prisional brasileiro. Ao questionar sobre o funcionamento dessa lei na realidade paraense, foi relatado que “[...] *o objetivo da*

maioria é emprestar esse livro para fazer a remição” (Entrevistada A). Durante um período de 30 dias instituído em conformidade com os parâmetros do CNJ, os PPLs realizam a leitura da obra escolhida e, posteriormente, *“[...] quem faz a retirada dos livros junto aos detentos são os monitores e, quando as resenhas ficam prontas, recolhem as mesmas”* (Entrevistada A), que serve como instrumento formal de comprovação de atividade realizada intramuros para a remição de 4 dias por obra lida.

A bibliotecária pontuou que o sistema aceita e utiliza livros literários, religiosos e de gêneros diversos, a maioria oriunda de doações, que busca atender o gosto particular de cada leitor. Contudo, foi enfatizado que *“[...] o padrão precisa ser literário, tanto literatura brasileira quanto estrangeira”* (Entrevistada A). Assim que entregue as resenhas dos PPLs, o material passa por um processo de fiscalização institucional, no qual é analisada a partir de alguns critérios definidos, como por exemplo *“[...] se a resenha estiver dentro dos padrões, ela passa por uma avaliação técnica antes de chegar ao juiz”* (Entrevistada A). Essa validação técnica verifica se a resenha atende às exigências antes de ser encaminhada, sendo permitida a leitura de apenas um livro por mês para fins de remição.

Ao perguntar se quando os livros são doados eles passam por uma triagem antes de serem encaminhados, foi esclarecido pela entrevistada que o acervo é abastecido predominantemente por doações, que acontecem por parcerias institucionais ou doações dos próprios servidores. Os postos de coleta se fixam na sede administrativa (SEAP) e nas unidades prisionais. A profissional destacou que realiza pessoalmente esse controle inicial, pontuando que *“[...] quando eu estou na sede ou em alguma unidade e chega material, eu já faço essa triagem. Os livros desatualizados são separados, porque eles acabam não chamando atenção dos detentos e faz sentido ocupar espaço na biblioteca, principalmente porque o espaço nas unidades é pequeno”* (Entrevistada A). Essa seleção minuciosa reflete o que Sanches e Rio (2010) apontam, ao defenderem que o bibliotecário tem que compreender profundamente a realidade do local em que está inserido e a partir disso conseguir mapear as necessidades informacionais dos seus usuários.

Quando questionada se os detentos têm possibilidade de ir até a biblioteca, foi respondido que, em tese, a permissão existe, contudo, com barreiras em relação à segurança que impedem o livre trânsito dos PPLs. A entrevistada explicou que, *“[...] por questão de segurança, eles não vão até a biblioteca, como a gente já faz*

essa mediação, levando os livros até as celas e os blocos carcerários, eles não precisam se deslocar até lá” (Entrevistada A). Complementarmente, a bibliotecária revelou que existe um déficit de policiais penais, que recai na rotina de deslocamento dos PPLs. *“Tem também a questão dos policiais penais serem “poucos”. Como são eles que fazem o deslocamento dos PPLs e já tem muitas outras funções, fazer mais esse transporte até a biblioteca acabaria aumentando a rotina”*. Conclui-se que, *“eles não têm livre acesso à biblioteca. Não é que a ida seja proibida, mas não há tempo nem pessoal suficiente para o deslocamento”* (Entrevistada A). O cenário reforça que, a falta de recursos humanos afeta a dinâmica dentro do cárcere.

Ao averiguar se existem recursos financeiros para a compra de livros novos, foi revelado um cenário de dependência de auxílios externos. A bibliotecária afirmou que *“[...] não existe compra de livros. O acervo sempre veio de doações, e nunca foi feito um pedido formal para a compra de obras novas. Quando acontece alguma compra, ela é feita pela SENAPPEN, que depois encaminha os livros para as unidades”*. A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) é um órgão integrante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJPS), responsável por acompanhar e controlar a aplicação da Lei de Execução Penal e coordenar ações voltadas ao sistema penal Brasileiro (SENAPPEN, [2026]).

Ao ser questionada sobre a existência de projetos voltados à promoção da leitura, a bibliotecária informou que cada unidade penal possui sua equipe técnica educacional, sob a coordenação central da sede administrativa, que desenvolve projetos conforme os recursos disponíveis. Como exemplo de mediação cultural, a entrevistada menciona o projeto implementado na Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Ananindeua (UCRF), onde se estruturou uma iniciativa chamada “Cine Literário” , segue uma dinâmica metodológica na qual as custodiadas *“[...] elas leem o livro primeiro e depois assistiram o filme baseado nas obras literárias disponíveis na unidade. A gente media a interação, em um roda de conversa e elas expõem suas opiniões sobre o filme, fazem as comparações e após isso, escrevem a resenha para a remição da pena”*. A participante explica que a relevância dessas dinâmicas integradas reside no fato de que *“[...] o nosso objetivo é que, além de incentivar a leitura, elas também consigam a remição da pena. Com a redução de quatro dias a cada obra concluída dentro dos critérios”*.

Quando perguntada se a secretaria em que está lotada tem futuros projetos a serem implementados, foi esclarecido que a instituição está elaborando uma iniciativa vinculada ao programa nacional de “PROLER”. O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) instituído originalmente pelo Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, é uma política pública federal criada com o objetivo central de democratizar o acesso à leitura e fomentar a formação de leitores em âmbito nacional (BRASIL, 1992).

A entrevistada revelou que o projeto, cedido a eles, para as bibliotecas foi selecionado para ser aplicado na Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Ananindeua (UCRF), onde as internas receberão três cursos formativos e *“[...] um dos cursos é voltado para a mediação da leitura em que quatro PPL vão fazer o curso com carga horária de quarenta a sessenta horas. Depois de concluírem, elas recebem um certificado”*. O foco desse objetivo estratégico é aproveitar a formação do curso para as apenadas o utilizarem com outras detentas, de modo que *“[...] elas vão trabalhar nos blocos carcerários. A ideia é que façam a mediação da leitura dentro das próprias celas, incentivando a leitura e organizando rodas de conversa com as outras internas”*. A pretensão da coordenadoria é capacitar essas multiplicadoras para utilizarem as competências adquiridas diretamente no cotidiano das celas.

Ao perguntar se o projeto é nacional, foi dito pela participante que *“[...] esse projeto já existe em nível nacional para as bibliotecas públicas e escolares. Agora, em parceria com a SENAPPEN, ele também passou a incluir as bibliotecas prisionais”*, destacando que é a primeira vez que o estado participa dessa iniciativa. A profissional pontuou que *“[...] no final, a ideia é elaborar um livro. Ainda não sei exatamente como vai funcionar, porque o projeto ainda está em andamento, mas tudo o que elas produzirem vai ser reunido e publicado em um livro no fim do ano. Cada unidade prisional vai produzir o seu”*.

As ações mediadoras identificadas ao longo deste estudo materializam-se de forma plural no ambiente carcerário, destacando-se a mediação itinerante por meio das bibliotecas móveis que rompem o isolamento dos pavilhões, a mediação cultural e audiovisual desenvolvida através do projeto de cinema literário na unidade feminina e a mediação compartilhada voltada a formação de multiplicadoras de leitura dentro das próprias celas.

Complementasse com a mediação indireta exercida pelos monitores no controle manual dos acervos, essas intervenções provaram ser ferramentas fundamentais de mediações exercidas nas unidades. Tais iniciativas mostram que a mediação da informação amplia as possibilidades de acesso à informação e ao conhecimento durante o período de encarceramento, contribuindo para o fortalecimento de ações educativas, informacionais e culturais promovida pelo bibliotecário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desta investigação consolidou uma análise acerca da realidade das bibliotecas em prisões no Estado do Pará, mostrando a atuação da bibliotecária em um ambiente marcado por severas restrições. Ao evidenciar a rotina interna da biblioteca e das múltiplas mediações, o trabalho descortina como o acesso democrático ao conhecimento e as ações de leitura impactam diretamente a conduta social dos custodiados. Essa escolha analítica permitiu compreender que o livro, a leitura e a informação atuam como vetores de humanização e refúgio em meio a rigidez do cotidiano nas unidades.

Para que essa compreensão fosse alcançada, foi indispensável o resgate teórico sobre múltiplas dimensões da mediação sob a ótica da Ciência da Informação, área fundamental para compreender que a leitura no cárcere ultrapasse o ato mecânico e se torne um fenômeno de apropriação de saberes e ressignificação de realidade. As discussões foram aprofundadas por meio da entrevista realizada com a única biblioteca atuante no sistema carcerário paranaense. Os relatos evidenciaram que o trabalho do bibliotecário no sistema prisional está relacionado ao planejamento e a execução de ações de mediação da informação, promovendo acesso à leitura, ao conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento pessoal, educacional e social dos privados de liberdade.

A conexão entre a teoria e a prática evidenciou que ações mediadoras destinadas ao período do encarceramento cumprem um papel positivo na engrenagem da ressocialização, materializado tanto nas estruturas fixas quanto nos dispositivos itinerantes. A pesquisa mostrou que, ao garantir a circulação do acervo literário e o desenvolvimento de dinâmicas pedagógicas como rodas de leitura, a Ciência da Informação oferece ferramentas necessárias para que o bibliotecário atue como um agente transformador da realidade carcerária, assegurando o direito

legal à informação. Mesmo diante das barreiras estruturais complexas, a aproximação do apenado como o conhecimento mediado constitui o pilar para a criação de novas perspectivas sociais.

Entre as limitações desta pesquisa refere-se a ausência de uma visita técnica a uma biblioteca em prisão vinculada à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará (SEAP). Essa etapa não pode ser concretizada em razão do tempo disponível para o desenvolvimento da pesquisa, aliado aos procedimentos administrativos e as exigências de segurança para o acesso às unidades prisionais. Embora exista uma ausência de observação presencial, o relato obtido pela bibliotecária supriram satisfatoriamente a necessidade de dados qualitativos para a sustentação das análises críticas aqui apresentadas.

A partir dos dados coletados, conclui-se que o sistema penitenciário paraense abriga projetos pedagógicos e culturais de leitura com grande potencial emancipatório, como o projeto de cinema literário na Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Ananindeua (UCRF), e a articulação da parceria do programa nacional “PROLER”, para a formação de detentas como multiplicadoras informacionais dentro das celas. Porém, a efetivação plena dessas iniciativas esbarra em barreiras estruturais, materiais e humanas geradas pela omissão do estado. Evidenciase que a infraestrutura física é precária, com bibliotecas que antes eram celas e viraram bibliotecas improvisadas, e após desativadas para sustentar a superlotação, que resulta no impedimento do livre acesso físico dos PPLs a esses espaços, cujo o acesso depende da disponibilidade de policiais penais para acompanhar o deslocamento.

Ademais, a ausência absoluta de orçamento estadual para a aquisição de livros novos condena o sistema a uma dependência integral de campanhas de arrecadação e doações por meio do SENAPPEN. No âmbito dos recursos humanos, a realidade expõe a situação mais crítica: a administração estadual dispõe de somente uma bibliotecária para gerenciar tecnicamente as demandas de todas as 42 casas penais do estado, o que inviabiliza sua atuação presencial e contínua no interior das unidades, restringindo sua presença a uma gerência administrativa na sede da secretaria. Embora o esforço da profissional e a contribuição de monitores PPL garanta a sobrevivência da circulação do acervo e consequentemente a remição da pena por leitura, a ausência do estado como provedor estrutural e

orçamentário limita o poder transformador da mediação da informação e do bibliotecário no cárcere paraense.

Diante dos cenários e dificuldades evidenciados nesta pesquisa, percebe-se a importância do desenvolvimento de pesquisas futuras que possam continuar estudando essa realidade. Como desdobramento necessário na área da Ciência da Informação, aponta-se a relevância de realizar estudos focados especificamente na percepção dos internos que atuam como monitores, para compreender como a responsabilidade pela gestão cotidiana e a aproximação com o acervo e a informação impactam nas suas trajetórias durante o cárcere. Além disso, sugere-se a realização de pesquisas que busquem analisar os benefícios práticos e as mudanças na rotina que ocorreriam caso o bibliotecário passasse a trabalhar de forma direta e contínua no interior das unidades prisionais, atuando presencialmente dentro dos espaços da biblioteca para mediar o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações.

Informação & Informação, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio./ago. 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716>. Acesso em: 20 jun. 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [Brasília], v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009. Disponível em:

<https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 02 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992**. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1992]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0519.htm?utm_source=ch. Acesso em: 01 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Disponível em:

<https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/12433.htm. Acesso em: 01 jul. 2026.

BRASIL. **Observatório Nacional dos Direitos Humanos disponibiliza dados sobre o sistema prisional brasileiro**: Levantamento do ObservaDH revela realidade da estrutura carcerária e aponta caminhos para mudança. [S. l.]: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 3 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2025/fevereiro/observatorio-nacional-dos-direitos-humanosdisponibiliza-dados-sobre-o-sistema-prisional-brasileiro>. Acesso em: 23 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Instituiu a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Senado Federal, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **Institucional**, Brasília, DF: SENAPPEN, [2026]. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 01 jul. 2026.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. Disponível em: <https://dn720708.ca.archive.org/0/items/pesquisa-social-teoria-metodo-e-criatividade-maria-cecilia-de-souza-minayo-suely>. Acesso em: 30 jun. 2026.

FAGGIOLANI, Chiara; GALLUZZI, Anna. A identidade percebida das bibliotecas: a biblioteconomia social e seus pressupostos. **Bibliotime: Revista eletrônica para bibliotecas**. [S. l.]. n. 1. março. 2015. Disponível em: <https://www.aib.it/aib/sezioni/emr/bibtime/num-xviii-1/galluzzi.htm>. Acesso em 20 jun. 2026.

JESUS, Everaldo Antonio de. Reflexões sobre a realidade carcerária brasileira: o estado atual dos presidiários brasileiros. **Revista OWL (OWL Journal) – Revista interdisciplinar de ensino e educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 350–362, set. 2023. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/60>. Acesso em: 22 jun. 2026.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques de Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n.00, e023141, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958/17247>. Acesso em: 30 jun. 2026.

LINDEMANN, Catia R. Bibliotecas prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1485/1235>. Acesso em 24 jun. 2026.

LOPES, Fernando Cruz. **Mediação da informação no cárcere**: uma análise por intermédio da educação nas prisões. 2023. 233f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/225964ed-99af-48b7-bf33-360fb208d58d>. Acesso em: 27 jun. 2026.

MOREIRA, Mayrilly Aparecida Araujo; ALMEIDA, Vitoria Gomes. Descolonizando a Justiça, Democratizando a Informação: apontamento sobre cárcere e bibliotecas prisionais. **Folha de Rosto**, Cariri, v. 7, n. 1, p. 48-84, jan/abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/670/522>. Acesso em: 30 jun. 2026.

MIRANDA, Roberto Carlos da Rocha. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. **Ciência da informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 286–292, set./dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/r7L9msHr6FfrYpJ5PKk8fsS/?lang=pt> Acesso em 23 jun. 2026.

PARÁ. Lei nº 8.937, 2 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará -SUSIPE, em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, ano 129, n. 34.048, p. 4-12, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/arquivos/2019/2019.12.03.DOE.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2026.

PARÁ. Lei nº 10.848, de 27 de dezembro de 2024. Dispõe sobre a criação do cargo de Assistente de Reinserção Social e Trabalho na estrutura da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP); e altera dispositivos da Lei Estadual no 8.937, de 2 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE) em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, ano 135, n. 36.083, p. 5-8, 30 fev. 2026. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/arquivos/2024/2024.12.30.DOE.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Relatório de Gestão 2025**. Belém: SEAP, 2025. Disponível em: <https://www.seap.pa.gov.br/sites/default/files/RELATORIO%20GEST%20C3%83O%202025%20-%20P%20C3%81GINAS%20SOLTAS.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2026.

PARÁ. **Lei nº 6.688, de 13 de setembro de 2004**. Transforma a Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará - SUSIPE em Autarquia Estadual, denominada Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE, e dá outras providências. Disponível em: : <https://www.ioepa.com.br/arquivos/2004/2004.09.16.DOE.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2026.

SILVA, Karina de Oliveira. **Mediação da Informação e da leitura para mulheres privadas de liberdade**: um estudo da Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Ananindeua, no Estado do Pará. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2025. Acesso em: 30 jun. 2026.

SANCHES, Gisele A. Ribeiro; Rio, Sinomar Ferreira do. Mediação da informação e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID: Revista de ciência da informação e documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/es/article/view/42323>. Acesso em: 24 jun. 2026.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; MORAES, Marielle Barros de (org.). **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. (Coleção Estudos ABECIN, v. 7). Disponível em: https://portal.abecin.org.br/editora/issue/view/21?utm_source. Acesso em: 02 jul. 2026.

TRINDADE, Leandro Lopes. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf. Acesso em: 22 jun. 2026.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Biblioteconomia social: uma virada social. **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 4, p. 1-6, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/9b0a67a2-47bd-4955-930507345fb754af/content>. Acesso em 23 jun. 2026.